



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos - PI
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



**Desenvolvimento Sustentável e Identidade Cultural: Estudo de Caso na
Suzano Papel e Celulose S.A**

**Sustainable Development and Cultural Identity: Case Study in Suzano
Papel e Celulose S.A**

Ronniel de Carvalho Leal
Graduando em Administração
ronielleal@hotmail.com
UFPI

Sarah Ferreira de Carvalho
Graduanda em Administração
sarah_fcarvalho@hotmail.com
UFPI

Douglas Moraes Bezerra
Mestre em Administração pela UFRN
moraesbd@hotmail.com
Professor orientador da UFPI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos - PI
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

RONNIEL LEAL CARVALHO
SARAH FERREIRA DE CARVALHO

Desenvolvimento Sustentável e Identidade Cultural: Estudo de Caso na Suzano Papel e Celulose S.A.

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

- Aprovado(a)**
 Aprovado(a) com restrições
 Restrições sugeridas
 Restrições obrigatórias

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugeridas pela banca e acordadas nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 20 de Setembro de 2013.

Douglas Moraes Bezerra
(Orientador – Douglas Moraes Bezerra, MSc.)

Tales Antão de A. Carvalho
(Membro 1 – Tales Antão de A. Carvalho, ESPC.)

Maria Ivaney do Nascimento
(Membro 2 – Maria Ivaney do Nascimento, ESPC.)

RESUMO

Os impactos ambientais ocasionados pela ação produtiva do homem em busca do bem estar social trouxe junto com a Revolução Industrial métodos de produção que ocasionaram grandes problemas culturais e ambientais para o planeta, provocando assim, uma discussão entorno de questões socioambientais. O presente artigo tem como objetivo analisar os possíveis danos socioculturais ocasionados pela implementação de um empreendimento agroindustrial à zona rural no interior do Piauí. A evolução das forças produtivas causaram grandes modificações nos modos de produção antes feitos de forma artesanal para outro feito de maneira mecanizada, essa mudança trouxe a tona questionamentos como Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Socioambiental das Organizações, levando em consideração aspectos culturais que fora também impactados pelo novo modelo de crescimento econômico e social. O método de pesquisa para análise de resultados se deu por o uso de entrevistas semi-estruturada e não estruturada, e a análise documental, que ajudou a descrever o projeto. Contudo concluiu-se que o projeto implementado na região modificou a vida, a renda, afetando a identidade cultura da população local.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Sustentável. Cultura. Identidade Cultural.

ABSTRACT

The environmental impacts caused by the productive action of man in search of social welfare brought along with the Industrial Revolution production methods that caused great cultural and environmental problems for the planet, causing then a discussion around environmental issues. This article aims to analyze the possible socio-cultural damage caused by the implementation of an enterprise agribusiness in the rural interior of Piauí. The development of the productive forces caused major changes in modes of production before made by hand to another done so mechanized, this change brought up questions such as Sustainable Development, Social Responsibility of Organizations, taking into account cultural aspects that had also impacted by the new model of economic and social growth. The research method for the analysis of results is given by the use of semi-structured and unstructured, and document analysis, which helped to describe the project. However it was concluded that the project implemented in the region changed life, income affecting the cultural identity of the local population.

Key Words: Sustainable Development. Culture. Cultural Identity.

INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento das potencialidades humanas, o homem foi gradativamente criando um mundo seu, o mundo da economia global, pautado fundamentalmente na utilização de tecnologias para modificar a natureza de acordo com suas necessidades. Este novo mundo gerado pelo homem tem como uma de suas principais características a baixa autonomia local, isto é, a insustentabilidade (SEIFFERT, 2010).

Segundo Seiffert (2010) isto se deu como uma consequência direta do modelo de crescimento baseado na lógica do lucro a qualquer custo e atrelado à lógica do aumento da produção, de modo que os recursos naturais passaram a ser utilizados sem qualquer preocupação com a capacidade de recomposição natural dos ecossistemas, onde a natureza passou a ser vista como um grande depósito que se auto-abasteceria infinitamente.

Esse processo se intensificou e ganhou proporções até então não vistas a partir do aumento da capacidade produtiva humana com a Revolução Industrial, que acabou por levar o ecossistema natural ao limite do seu stress. Os inúmeros acidentes ambientais com repercussão mundial foram o estopim para que os temas sustentabilidade e preservação ambiental ganhassem força e importância social como, por exemplo, salienta Dias (2010) o incêndio em uma indústria na Basileia, Suíça, que provocou o vazamento de 30 toneladas de pesticida contaminando 193 km do Rio Reno e a explosão na usina de Chernobyl, na Ucrânia, que liberou uma grande quantidade de radiação no ambiente e que seus efeitos são sentidos até hoje.

Durante o século XX não é difícil encontrar notícias de explosões, contaminações, acidentes ambientais, epidemias, dentre outros problemas, tornaram mais evidente que o modo de produção desenvolvido até então pelo homem começavam a mostrar seus limites (DIAS, 2010).

Estes problemas permitiram que ao longo do século XX surgisse um processo de conscientização social da sociedade, de modo que começaram surgir pressões de diversos setores da sociedade e do Estado para que as empresas adotassem práticas mais sustentáveis, surgindo assim à ideia de sustentabilidade (DIAS, 2010).

A noção de Sustentabilidade tem sido discutida e utilizada por meio de diferentes perspectivas nos mais variados segmentos sociais. Essa temática tem gerado uma infinidade de compreensões e posturas que oscilam ora entre a racionalidade econômica buscando alternativas adequadas às contradições e mazelas socioambientais oriundas do capitalismo, ora situa-se na crença de ser esse termo científico uma ideologia que busca camuflar o caráter puramente depredador do capitalismo.

Entretanto, com o avanço da consciência ambiental e a mudança de postura da sociedade em geral por meio da pressão e regulamentação do estado e da postura mais ativa assumida pela sociedade civil a partir de então, o debate sobre a sustentabilidade passou a envolver outros aspectos da vida humana para além apenas das questões da natureza.

Atualmente se tem analisado esta temática a partir de um enfoque social, estudando-se o Desenvolvimento Sustentável enquanto uma prática social. Com isso, são cada vez mais presentes nesta discussão as questões relacionadas à Gestão Ambiental, a como as organizações tem se relacionado com o meio ambiente, a qual papel vem exercendo na sociedade. Nesse sentido se faz necessário que essa discussão assuma um plano mais prático, que seja compreendida em suas múltiplas facetas.

A análise dessas vertentes se faz necessária pelo fato de envolver de forma direta tanto a preservação do planeta, que em virtude do modelo econômico vem sendo cada vez mais destruído, quanto pelo seu impacto sociocultural, por modificar de forma significativa o modo de vida das pessoas que saíram do campo para as grandes cidades industrializadas e

necessitadas de mão-de-obra para a realização do trabalho nas fabricas, em busca de melhores condições de vida (COTRIM, 2005).

O termo sustentabilidade tem ganhado força e importância, as organizações têm se preocupado com a escassez dos recursos naturais, bem como, com sua imagem perante a sociedade. Com isso, percebeu-se a necessidade de levar em consideração as questões socioculturais nos debates sobre sustentabilidade pelo fato de que as organizações existem para suprir as necessidades sociais e que tudo que ela faz repercute na sociedade.

Segundo Seiffert (2010), o objeto cultural age como intermediário entre a sociedade e a natureza, pois está relacionada com o seu modo de vida e de consumo. Com isso, tornam-se cada vez mais necessárias ações organizacionais que valorizem esta questão, e também os possíveis impactos negativos que suas ações podem provocar na cultura local.

Nesse sentido o presente artigo tem como objetivo analisar os possíveis danos socioculturais ocasionados pela implantação de um empreendimento agroindustrial à população da zona rural no interior do Piauí.

Para tanto esta pesquisa se estrutura da seguinte forma: primeiramente aborda-se sobre o desenvolvimento das forças produtivas demonstrando sua evolução e as consequências do novo modelo de produção, depois se discute sobre a necessidade de se pensar no desenvolvimento sustentável como um fator imprescindível para a preservação do planeta, em seguida enfatiza-se a responsabilidade socioambiental das organizações levando em consideração os direitos humanos, qualidade de vida, a preservação do ambiente e aspectos culturais, este enfatizado nos próximos tópicos referentes à identidade cultural como um aspecto da sustentabilidade, cultura um breve debate e a identidade cultural como parte da sociedade.

Na metodologia se descreve, a melhor forma utilizada para análise dos impactos ambientais e sócio-culturais ocasionados pelo projeto de implementação, e no decorrer da análise, tornou-se claro as significativas mudanças no meio ambiente, no cotidiano, na cultura e a identidade cultural dos povos que viviam e os que vivem na região impactada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento das forças produtivas e suas consequências

Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (1995) pontuam que segundo Karl Max as primeiras forças produtivas são produtos da energia prática do homem a serem determinadas face às condições humanas dadas por estas forças que já foram adquiridas, e que estas remetem a ação dos homens sobre a natureza para obter os bens de que necessita mediante uso da tecnologia e de outros artefatos que criaram. As forças se desenvolveram a partir da necessidade do homem buscar formas de vida mais confortáveis para sua sobrevivência, o que implica na relação direta que o homem passa a estabelecer com a natureza e os recursos naturais que o planeta dispõe para lhe oferecer.

Em busca desse conforto o homem passou a criar novos métodos de produção. Nos últimos séculos a grande evolução humana tanto no seu modo de vida, quanto na sua forma de trabalho veio em consequência do surgimento da máquina que deu origem a Revolução Industrial. Conforme Cotrim (2005) essa surgiu por volta do século XVIII na Inglaterra e se espalhou para outros países a partir do século XIX, causando assim, a saída do homem do campo para as grandes cidades que se tornaram industrializadas e necessitadas de mão-de-obra para a realização do trabalho nas fabricas. Outro fato importante nesse mesmo período, que provocou a expulsão do pequeno produtor rural do campo para os centros urbanos, em busca de trabalho, foi à reforma agrária que ocasionou o cercamento das terras pelos senhores feudais, que passaram a arrendá-las.

A expulsão da população rural permitiu a liberação dos trabalhadores, seu meio de subsistência e trabalho em benefício do capital, instituindo assim o crescimento do mercado interno e da indústria capitalista. O sistema capitalista implicou na divisão entre os trabalhadores e a propriedade, meios pelos quais se efetuam o trabalho. “As forças competitivas foram fator fundamental na expropriação dos produtores diretos: os cercamentos representaram a extinção, com ou sem a demarcação física das terras, dos costumes em comum e dos direitos consuetudinários”¹.

Em virtude disso houve um amplo aumento populacional nas regiões onde se localizavam as indústrias, ocasionando enormes transtornos em relação à falta de moradia para atender as diversas famílias, que em busca de melhores condições de vida, se deslocavam do interior para as capitais. Com as inovações tecnológicas a forma de produção deixou de ser em pequenas proporções como era feita antigamente pelo trabalhador do campo, para se tornar uma produção em longa escala que atendesse as necessidades não mais apenas locais mais sim de âmbito global, aumentando de maneira acelerada a degradação dos ecossistemas.

Para Seiffert (2010, p. 7) os processos industriais ao longo dos anos causaram grandes impactos no meio ambiente e conseqüentemente na qualidade de vida das pessoas, por degradar os recursos naturais através da sua extração desordenada e pelos diversos acidentes ambientais ocasionados na exploração e refino da matéria-prima “como, por exemplo, (explosões, derramamentos, vazamentos, transbordamentos etc.)”, por consequência dos problemas gerados por esses eventos catastróficos o ser humano passou a reconsiderar sua vinculação com os recursos naturais e amadurecer a importância do desenvolvimento sustentável.

O processo de gestão ambiental surgiu como alternativa para alcançar a sustentabilidade do ecossistema, associando interações antrópicas com ecossistemas naturais (SEIFFERT, 2010). Conforme Dias (2010) a gestão ambiental na visão organizacional se refere às instituições que se conduzem em torno da responsabilidade ambiental, com o intuito de minimizar na medida do possível os efeitos de sua exploração, fazendo com que a área afetada não exceda o seu entorno, chegando-se assim, ao desenvolvimento sustentável tão desejado.

É visto que a gestão ambiental é tida como principal ferramenta para obtenção de um desenvolvimento sustentável, sua adoção traz como vantagem a exploração consciente dos recursos naturais tendo em vista minimizarem seus impactos no ambiente. A questão acerca da sustentabilidade se faz necessário pelo fato de que os recursos naturais podem se esgotar pondo em risco a preservação do planeta e a existência humana.

2.2 Desenvolvimento Sustentável: Fator imprescindível

O surgimento da Revolução Industrial proporcionado pela mecanização dos meios de produção tinha como finalidade promover o crescimento econômico e a qualidade de vida das pessoas, mais em contra partida a industrialização ocasionou uma série de problemas ambientais em virtude do aumento populacional desordenado, do uso exagerado dos recursos da natureza (renováveis e não renováveis), poluição da água, do solo, do ar, desmatamento etc. (DIAS, 2010), além dos acidentes ambientais citados anteriormente que provocou comoção e cobranças da opinião pública por ações reparadoras.

Conforme Menon (1992, p. 124) a deterioração do planeta inclui como consequência:

¹ Curso Nacional de Formação Política do Partido Comunista Brasileiro, HISTORIA 1, A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO CAPITALISMO. Disponível em <http://www.pcb.org.br/portal/docs/historia1.pdf>.

A perda irreversível da biodiversidade, redução do ozônio, aumento das concentrações gasosas relativas ao efeito estufa, levando a possíveis mudanças climáticas e ao aumento do nível do mar, perda da parte superior do solo e desertificação, poluição das zonas litorâneas e marítimas e etc.

Todos esses problemas fizeram com que fosse necessária uma reflexão crítica do novo modelo econômico que sugira como alternativa para o desenvolvimento social, pelo fato de que os recursos naturais não são ilimitados e sua extração desordenada acarretará na extinção da biodiversidade e dos seres vivos. Para Seiffert (2010) nesse sentido, é necessária a criação de mecanismos socioeconômicos, institucionais e culturais que incentivem o uso adequado e sem exageros dos recursos naturais, modificando padrões de consumo. Com isso, o termo desenvolvimento sustentável se faz presente como forma de proporcionar a concepção desses mecanismos.

Desenvolvimento Sustentável segundo o relatório de Brundtland (DIAS, 2010, P. 31):

É um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Conforme Dias (2010), para outros autores o Desenvolvimento Sustentável se caracteriza como uma idealização social e político com a proposta de erradicação da pobreza, melhorando a qualidade de vida das pessoas harmonizando o desenvolvimento social com os recursos naturais, com a finalidade de proporcionar um equilíbrio entre esses dois aspectos preservando o meio ambiente e o desenvolvimento da sociedade.

A perspectiva de desenvolvimento sustentável é um desdobramento do conceito ou ideia de ecodesenvolvimento esse que surgiu nos anos 70, em virtude de uma discursão sobre um “modelo de desenvolvimento que harmonizasse as relações econômicas com o bem-estar da sociedade, gestão racional e responsável dos recursos naturais”, (IGNACY SACHS 1986 *apud* SILVA, 2012, p. 9). Segundo Dias (2010) o desenvolvimento sustentável não inclui na sua essência apenas perspectivas ambientais em sua concepção, como também aspectos socioculturais demonstrando que a qualidade de vida do ser humano deve ser levada em conta para que o progresso seja realmente efetivado, atentando para a preservação dos recursos naturais.

Em virtude dos impactos sociais, culturais e ambientais que o modelo de crescimento econômico surgido com a Revolução Industrial trouxe em sua essência, torna-se cada vez mais necessário à concepção ideológica do desenvolvimento sustentável pelo fato de que este agrega em sua natureza a real necessidade e a efetividade do estado de bem-estar social que tanto é perseguido pela humanidade de modo a utilizar os recursos naturais conscientemente sem prejudicar as futuras gerações.

Para isso surgiu conforme Seiffert (2010) o processo de Gestão Ambiental com a finalidade de promover a sustentabilidade conciliando ecossistema antrópicos com ecossistemas naturais. Diante disso é visto que a gestão ambiental é tida como principal ferramenta para obtenção de um desenvolvimento sustentável. Sua adesão por parte das organizações pública e privadas traz benefícios para o meio ambiente e social, melhorando a qualidade de vida do ser humano.

2.3 Responsabilidade socioambiental das Organizações

A grande degradação dos ecossistemas e suas consequências como aquecimento global, efeito estufa, poluição da biodiversidade em geral, surgiu em detrimento do modelo de produção não sustentável adotado pelas organizações.

Devido às cobranças da sociedade contra a degradação ambiental, as organizações estão procurando direcionar a finalidade da empresa a um sentido mais amplo, em não apenas atender as necessidades da sociedade, por meio do consumo de bens e serviços, mais também somá-las a uma atuação com base na responsabilidade socioambiental levando em consideração os direitos humanos, melhoria da qualidade de vida da sociedade, aspectos culturais e a preservação do meio ambiente. Para Dias (2010, p. 161) as organizações “ao seu papel econômico, que continua fundamental, agrega-se outro que assume conscientemente, de assumir maior responsabilidade social, onde se inclui a perspectiva ambiental”.

Em vista a uma participação mais ativa aos processos sociais e ecológicos, o papel das organizações tomou outro significado, mesmo que ainda por iniciativas tímidas, através de ações estratégicas, como o *marketing* verde que enquadra fatores relacionados à preservação ambiental, estimulando o desejo do consumidor, e assim informa-los dos diversos benefícios em adquirir produtos e serviços ambientalmente corretos.

O desafio posto pelo mercado aos setores de produção de bens e serviços, no que tange as estratégias de *marketing* verde, é o de buscar as soluções de gestão que sejam economicamente adequadas, socialmente aceitáveis e ambientalmente sustentáveis (GONZAGA, 2005).

Um exemplo de empresa que passou a investir em ações socioambientais foi à fabricante de produtos de limpeza Ypê, esta criou o projeto Floresta Ypê em parceria com a fundação SOS Mata Atlântica como parte do programa Floresta do Futuro. O intuito do projeto é de plantar árvores nativas da mata Atlântica em regiões de mata ciliar, a Ypê já plantou cerca de 400 mil mudas em áreas degradadas contribuindo para a preservação do ambiente. Outra ação da referida empresa é a estação de tratamento de esgoto e de efluentes, reutilizando a água em seus processos internos tendo assim uma maior Responsabilidade Ambiental (YPE, 2012)².

Com tudo, essa preocupação se consolidou apenas pela cobrança da sociedade como visto anteriormente, pelas diversas normas ambientais e tratados criados (as normas ISO e o Protocolo de Kyoto), que são algumas delas, para coibir a degradação dos ecossistemas naturais (SEIFFERT, 2010).

Em 2012, o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+20, que aconteceu duas décadas após a histórica Conferência do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável de 1992. Esse evento, em face da amplitude que se apresenta trouxe uma larga expectativa de que esta seja a oportunidade desta geração que manifestadamente sinaliza para mobilização dos recursos políticos necessários para desenhar uma saída duradoura para expressiva crise internacional que leva em consideração a complexidade de seus aspectos econômicos, sociais e ambientais.

O Brasil (país sede) elaborou os principais resultados que deveriam ser alcançados como: a erradicação da pobreza extrema, segurança alimentar e nutricional, a equidade, o acesso à saúde, o trabalho decente, emprego e responsabilidade social das empresas, a educação, a cultura, o gênero, a promoção da igualdade racial, o reforço do multilateralismo e o papel do Estado.

Diferentemente de outras conferências que enfatizavam a diminuição dos gases poluentes e dos resíduos tóxicos lançados no ambiente, a Rio+20 trouxe em pauta além desses

² Disponível em: http://www.ype.ind.br/wp-content/uploads/2012/12/Ype_vence_top_of_mind.pdf

questionamentos, novos processos em relação a como se chegar ao desenvolvimento sustentável, e um dos aspectos relevantes foi à questão cultural:

A cultura é um diferencial na construção de uma resposta aos desafios da sustentabilidade nos âmbitos global, nacional e local. A contribuição da cultura é indispensável para o desenvolvimento sustentável, perpassando os pilares social, econômico e ambiental. É a dimensão onde são reconhecidos os significados e sentidos das ações que podem transformar sociedades. Nesse contexto, são fundamentais a consolidação dos direitos culturais como parte dos direitos humanos, o acesso à cultura, a garantia da diversidade cultural e o reconhecimento dos saberes dos povos originários e tradicionais (DOCUMENTO DE CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA À CONFERÊNCIA RIO+20, 2011).

Segundo Cassiano (2009, p. 118) o Instituto Ethos caracteriza uma organização como socialmente responsável, “por estabelecer metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais”.

2.4 Identidade Cultural: um aspecto importante da sustentabilidade

Segundo Oliveira (2000) a identidade cultural aparece a partir de uma cultura própria, em que cada sociedade faz sua cultura e recebe a contribuição de outras, todas as sociedades, desde as mais simples até as mais complexas, possuem cultura, e por essa razão, o homem nunca será desprovido de cultura. No entanto, devido a crescente e complexa sociedade que emergiu surgiu também à consciência de que este mesmo ser não é independente e dotado de condições de viver sozinho, mas é constituído da necessidade natural de se relacionar com os outros, eis aqui que surge a identidade construída na interação com o outro.

Atualmente a cultura ou o sistema de representação é uma das principais formas de reconhecer culturalmente. Entretanto, nem sempre foi assim. Em outros tempos, o passado era um elemento de veneração porque nele se continha a ideia de perpetuação das experiências das gerações anteriores, dos primórdios ou ancestrais e inseriam-se tais experiências como um aspecto contínuo e ligado ao passado, ao presente e ao futuro (PINTO, 2004).

É visto que, hoje a sociedade comum comunga uma preocupação dos cientistas sociais que se refere a um tipo de mudança na estrutura social que tem modificado as mesmas sociedades do século XX e onde se percebe de forma acentuada a fragmentação paisagística, do sexo, da raça, da nacionalidade.

Seiffert (2010) expõe que a sustentabilidade apresenta três dimensões que devem ser levadas em conta: a econômica, a social e a cultural, esta ultima objetivando a preservação da diversidade e a participação em atividades socioculturais da comunidade.

É bem visto que o advento da globalização trouxe para o cenário atual a perspectiva de uma cultura sem fronteiras, considerando-se que, nas avançadas atividades organizacionais transcendeu-se o espaço físico, trouxe novos comportamentos, valores e normas que sofreram variações provenientes do contato com culturas diversas (PARKER, 1998).

2.4.1 Cultura: um breve debate

Segundo Thompson (2011, p. 173) “O estudo da cultura deve tentar desmontar a herança social em seus elementos componentes e relacionar estes elementos um com o outro, com o meio ambiente e com as necessidades do organismo humano”. A cultura, analisada a partir dos estudos de Eagleton (2005) e sob o viés da etimologia de termo é oriunda de cultivo

e lavoura. Todavia, o mesmo ainda associa esse termo à palavra latina *colere* que significa cultivar e também *cultus* pertencente à igreja Católica no período medieval que está vinculado a algo transcendental e divino.

No entanto, apesar destes conceitos existe outra conotação para o termo cultura que se associa à palavra *civilité* (civilidade - que é viver na cidade) surgido na França do século XVI. Diante das mudanças que o mundo já apontava no século seguinte surge a palavra *civilization* com o objetivo de dar conta do processo progressivo que os povos assumiam naquele período. A cultura que surge no final do século XVIII e início do século XIX é proveniente do termo *Kultur* que refere – se à arte, tradição de um povo.

Thompson (2011, p. 165) diz que:

Na literatura das ciências sociais, o estudo das formas simbólicas geralmente tem sido feito sob a rubrica do conceito de cultura. Embora possa haver pouco consenso em relação ao significado do conceito em si, muitos analistas concordam que o estudo dos fenômenos culturais é uma preocupação de importância central para as ciências sociais como um todo. Isto porque a vida social não é, simplesmente, uma questão de objetos e fatos que concorrem como fenômenos de um mundo natural [...].

A obra de Thompson (2011) apresenta as percepções antropológicas de cultura, quais sejam: a concepção descritiva, retratada nos escritos dos historiadores culturais do século XIX, e a concepção simbólica que se argumenta o uso dos símbolos, característica esta constitutiva da vida humana e esse caráter simbólico tem sido foco de reflexão nas ciências sociais e humanas. É, portanto, consenso que a cultura não é mais resultado de traços tradicionais de um povo, mas das transformações locais que ocorrem e que conferem estas assim uma diversidade cultural.

2.4.2 Identidade Cultural - elemento cultural da sociedade

Como produto da identidade cultural, tem-se a cultura material que se constitui de tudo aquilo que pode incidir no estilo de vida de um grupo. A identidade cultural é alimentada por aspectos materiais ao mesmo tempo em que também se constitui daquilo que é denominado de cultura não material, cuja definição pontua que esta compreende aos aspectos não-materiais da sociedade. Os exemplos dessa cultura não-material são: religião, costumes, ciência, arte, normas sociais, ideologia, folclore etc. (OLIVEIRA, 2000).

Para Thompson (2011) esses aspectos não-materiais é que diferenciam uma sociedade, região e indivíduos uns dos outros, como por exemplo as regiões brasileiras; no Nordeste as manifestações culturais são expressados por danças típicas como bumba meu boi, a capoeira, maracatu, pelas comidas típicas como o sarapatel, broa de milho, cocada, no artesanato entre outros, diferentemente do Centro-Oeste pelas cavaladas, procissão do fogaréu e etc. (CERQUEIRA, 2013). Todos estes símbolos influenciam na formação da identidade cultural de um indivíduo ou sociedade.

A cultura nasce a partir do meio social e se caracteriza pelo estilo de vida próprio que cada sociedade possui e que as identificam em meio a tantas outras. Nesse sentido pode-se aqui em consonância com Oliveira (2000) definir a identidade cultural como a cultura que os indivíduos compartilham e apresentam.

Os teóricos da administração, com conhecimento na área administrativa e empresarial buscam incessantemente chamar a atenção para uma grande importância do mundo organizacional. Uma vez que estes buscam explicar em suas teses que crenças, valores e símbolos impactam diretamente no comportamento das pessoas, no desempenho econômico e nos processos de mudança organizacional (BARBOSA, 2002).

Em consequência da globalização as identidades modernas estão entrando em crise porque surge uma mudança estrutural que tem modificado o contexto social no século XX e que fragmenta as paisagens culturais que, por sua vez, também modificam as identidades pessoais, afetando por extensão, a ideia que cada um tem de si próprias e acarretando a perda de sentido de si. Ao se perder a própria identidade, reconhece-se que o indivíduo se apropria não somente de uma, mas de várias outras identidades, ainda que temporariamente (HALL, 2006).

3 METODOLOGIA

Nossa pesquisa se configura como um estudo de caso. Este tipo de estudo caracteriza-se por ser um estudo descritivo que tem como técnica a pesquisa documental que se caracteriza pelo uso de fontes primárias e a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias que envolve toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo e a pesquisa de campo que é aquela usada com o objetivo de adquirir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema (MARCONI; LAKATOS, 2010).

O referido trabalho, em decorrência de sua problematização, optou por uma pesquisa que teve intuito a possibilidade de se fazer uma análise, e que para fim da exposição da determinada análise, os entrevistados foram denominados: X, Y e Z. Estudo esse de natureza qualitativa porque tem como princípio interpretar fenômenos e atribuir-lhes significados.

Quanto ao objetivo foi uma pesquisa de caráter exploratório, pois visou proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou construir hipóteses. Para uso da coleta de dados, foram feitas três entrevistas, dentre elas um roteiro de entrevista semi-estruturado, este aplicado ao pesquisador (a) X do tema em questão, e outros dois roteiros não estruturados, aplicados para Y do movimento quilombola e Z morador (a) do Assentamento Palmeirais, buscando assim obter aspectos sobre a vida deles, o cotidiano da comunidade e a cultura local, antes e depois da implementação do projeto agroindustrial.

Em relação ao procedimento técnico, a pesquisa foi bibliográfica, na qual tivemos acesso ao RIMA da Suzano, relatório e estudos feitos por pesquisadores do tema em questão. Severino (2002, p. 39) diz “a documentação bibliográfica constitui um acervo de informações sobre livros, artigos e demais trabalhos que existem sobre determinados assuntos dentro de uma área do saber”. Quanto ao tipo de estudo, trata-se de um estudo descritivo e transversal.

Para Gil (2010), a pesquisa descritiva tem por objetivo original a exposição das particularidades de uma população ou fenômeno específico, determinando as ligações entre as variáveis. De acordo com Polit, Beck e Hungler (2004), os estudos transversais envolvem coletas de dados em determinado ponto do tempo. Desse modo, são especialmente apropriados para descrever a situação, o status do fenômeno, ou as relações entre os fenômenos em um ponto fixo.

4 CASO SUZANO

O Relatório de Impacto Ambiental foi estruturado em consonância com o estabelecido no Termo de Referência aprovado pela SEMAR/PI (Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí) e para satisfazer a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA 001/86). Elaborado pela equipe da STCP Engenharia de Projetos Ltda. a ser submetido à SEMAR como instrumento para o licenciamento do projeto SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A.

O documento mais importante EIA (Estudo de Impactos Ambientais) não fora divulgado pela SEMAR empresa responsável pelo licenciamento da Suzano, divulgando apenas o RIMA (Relatório de Impactos Ambientais) este que é apenas um complemento

menos detalhado do EIA conforme o entrevistado(a) X. A SEMAR justificou a não publicação do EIA afirmando que este é um segredo de indústria.

Conforme descreve o RIMA, este empreendimento tem o objetivo de suprir a demanda da indústria de celulose no Piauí. Em seu histórico, consta que esse grupo foi criado a partir de uma empresa comercial dirigida por Leon Feffer que passou a atuar no ramo de papel e que evoluiu para uma tipografia. No ano de 1939 veio à criação da fábrica, muito embora tenha esta passando por problemas no que toca à matéria – prima, a celulose.

A Suzano investiu na produção a partir do eucalipto, na década de 90 se reestruturou e definiu nas bases socioambientais e na década seguinte relevou na intenção de construir plantas industriais no Maranhão e Piauí.

Seu projeto tem início na cidade de Názaria-PI e a justificativa para a implementação do projeto partem dos elementos como as técnicas socioeconômicas e ambientais, a alta produtividade, o crescimento avançado, a qualidade da madeira, a resistência a praga, cultivo fácil, entre outros.

O RIMA informa que em relação aos benefícios das questões ambientais tem-se uma melhoria da infiltração de água no solo, a redução da pressão sobre as florestas nativas, a preservação das matas nativas, a criação de corredores de fauna, entre outras. O projeto Suzano será executado de 2009 a 2015 e o estado do Piauí é visto como uma nova fronteira agrícola. A capital Teresina, por mais uma vez, detém vários condicionantes favoráveis à implantação.

O relatório assevera que a referida empresa atende à demanda do governo estadual já que favorecerá a economia do Piauí. O documento enfatiza o diagnóstico ambiental das áreas de influência, caracterizando-as sob três óticas/ângulos: a física, meio biótico e meio socioeconômico e cultural, este último relevantemente fundamental.

Em seguida o RIMA aborda os impactos ambientais e as medidas mitigadoras, descrevendo ações em relação ao fator ambiental ar, água, solo, vegetação, fauna, a estrutura fundiária, aspectos sociais, economia regional, patrimônio, patrimônio arqueológico e cultural, infraestrutura. Com isso, o documento relata os programas ambientais diretos e indiretos vinculados ao empreendimento.

Ao final desse projeto, a SEMAR responsável pela elaboração do RIMA, concluiu que o projeto Suzano obedece à legislação ambiental e que o empreendimento norteia a elaboração do instrumento para o licenciamento, obedecendo assim, os preceitos determinados pela Política Nacional de Meio Ambiente.

Mais, o presente projeto segundo o entrevistado (a) X, afirma que a instituição estudada não apresentou de forma clara os documentos essenciais para a sua implementação como o EIA e o RIMA. Visto que o primeiro documento, não foi divulgado para o acesso público, a mesma diz que o segundo documento – O RIMA, seria apenas um complemento do EIA.

Em decorrência disso, a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) fez uma representação no Ministério Público Federal, e este entrou com uma ação questionando a competência da SEMAR para fazer tal licenciamento, levando em consideração a quantidade dos impactos que abrangia mais de um Estado, obrigando à transferência do licenciamento para IBAMA, pois, por conta de atingir mais de um Estado teria que ser feito pelo órgão federal e não pelo órgão estadual, a SEMAR, a Suzano então passou a recorrer dessa decisão, como ressalta X, esse seria um dos motivos que levou a saída dela do Piauí, e que a própria empresa diz ter tido ainda outro motivo, à crise mundial de celulose, ressaltando ainda que o mercado de celulose não é um mercado em expansão e sim um mercado em retração, declarando assim sua saída, nas razões que apresenta.

5 ANÁLISE SOBRE O ASPECTO CULTURAL

As ações produtivas das organizações causam impactos ao meio ambiente e a sociedade como um todo, visto que, as consequências negativas dos eventos como: poluição, desmatamentos, degradação do solo, contaminação da água etc. afetam não somente o ecossistema como também a humanidade em geral e principalmente as pessoas que moram no entorno das indústrias, assim, a sociedade local são as mais prejudicadas, por além de sofrerem com a degradação do ambiente perdem em parte ou muitas vezes por completo sua identidade cultural, seja pela desapropriação da terra ou pelo estabelecimento de novas condutas impostas pelo empreendimento.

No tocante a plantação de eucalipto os impactos sociais e ambientais que o seu cultivo provoca são negativos para ambos. Os prejuízos para o ambiente são: empobrecimento do solo, pois o eucalipto consome toda a água e os nutrientes do mesmo; secamento das nascentes, o consumo de água dessas árvores é muito grande; desertificação e extinção da Fauna e da Flora; a ocupação de extensas áreas de terra, estas que poderiam ser utilizadas para a plantação de gêneros alimentícios como o feijão, o milho, o arroz, a mandioca entre outros. No que diz respeito aos impactos sociais: o desemprego em virtude da mão-de-obra reduzida no campo, pois o cultivo do eucalipto não necessita de muitos trabalhadores sendo necessário apenas uma pessoa para cada quinze hectares que será plantado, diferentemente do cultivo do café, milho, banana, feijão, etc. que gera entorno de trinta empregos por hectare plantado (VIANA, 2004).

O referente projeto de implementação trouxe significativas mudanças no contexto social impactando de maneira direta na biodiversidade e nos aspectos socioculturais dos moradores da região afetada. Com relação aos documentos oficiais (relatórios, projetos) que podem ajudar a compreender os impactos da referida empresa nos aspectos culturais dos indivíduos que residem no entorno da área impactada, o pesquisador (a) X relata:

O documento mais importante agente não tem acesso que é o EIA (estudos de impactos ambientais). Porque agente não tem acesso ao EIA ? Por que a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMAR) que foi a licenciadora da Suzano, no entendimento da SEMAR é que os estudos de impactos ambientais, eles fazem parte do segredo de indústria, então eles não publicam. É um entendimento ao meu ver equivocado, inclusive o IBAMA faz de um modo diferente, os estudos de impactos ambientais do licenciamento do Ibama são colocados na página do Ibama para acesso público, aí o documento que agente tem acesso depois do EIA, o segundo documento que esse agente tem acesso ao RIMA (relatórios de impactos ambientais). O RIMA é feito a partir do EIA, então é uma espécie de simplificação do EIA e no RIMA vem com acréscimo dizendo quais são, o que é o empreendimento, quais são os impactos do empreendimento, e o que o empreendedor vai fazer para mitigar esses impactos.

É notório o descaso da referida empresa no que diz respeito à questão cultural, pois esta não se preocupou em fazer um levantamento detalhado das reais consequências de sua implementação no tocante a perda da identidade cultural dos povos afetados, sendo que, para um empreendimento ter a sustentabilidade tão desejada, Seiffert (2010), considera três dimensões (a econômica, a social e a cultural) tendo a última como foco a preservação da diversidade com a participação nas atividades socioculturais das comunidades.

Nós fizemos aqui nossa pesquisa, agente fez o estudo do RIMA, fizemos uma síntese do RIMA apontando os impactos anunciados pela empresa e as suas principais medidas mitigadoras apresentadas. A partir daí agente procurou algumas comunidades quilombolas para ver como é que a comunidade percebe a implantação do empreendimento e seus impactos. Aí desse levantamento na comunidade quilombola o que agente pode perceber é que os impactos que vão ser produzidos na visão da comunidade são os impactos que não foram publicados pela empresa (PESQUISADOR (A) X).

Nas palavras de X, compreende-se que os impactos culturais que foram demonstrados no RIMA não são de fato os que foram identificados ao se visitar as comunidades afetadas, por isso nota-se que o RIMA é um relatório muito incompleto, pois não houve uma visita aos moradores da área afetada por parte dos responsáveis pela elaboração e licenciamento do projeto.

Para se chegar a essa constatação o pesquisador (a) X ressaltou ainda que os atores que contribuíram com a pesquisa foram às comunidades tradicionais e quilombolas habitantes da área impactada, a partir desse estudo foi feito um relatório sobre os aspectos culturais, expostos assim à comunidade. Este que destaca pontos importantes do licenciamento ambiental do empreendimento, e que nesse relatório é clara a desconsideração por parte do poder público do que prevê a Constituição, Legislação Internacional e a Legislação Ambiental.

A FUNASA fez uma representação, uma denuncia no Ministério Público Federal, e o ministério entrou com uma ação questionando a competência para fazer o licenciamento ambiental [...] impediu assim esse licenciamento ambiental pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e obrigou a transferência do licenciamento para o Ibama, considerando que os impactos atingiram mais de um Estado. E o que legislação diz é: Se os impactos atingirem mais de um estado a competência para licenciar não é do órgão estadual e sim do órgão federal (PESQUISADOR (A) X).

Quando isso é validado pelo Estado tem-se uma nítida violação do que dispõe no seu Arts. 215 e 216, que protege as identidades culturais, e a desconsideração à convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinada pelo Brasil, que prevê uma consulta prévia as populações tradicionais afetadas direta ou indiretamente. X, fala que se atesta no RIMA o impacto de perda total ou parcial da identidade cultural e que as medidas paliativas apontam para programas de educação ambiental, cultural e comunicação social, além de compensação em unidades de conservação. Nesse contexto, percebe-se assim que não houve as devidas medidas paliativas, infringindo assim, o que está disposto nos Arts. 215 e 216.

Segundo Thompson (2011, p. 173) “O estudo da cultura deve tentar desmontar a herança social em seus elementos componentes e relacionar estes elementos um com o outro, com o meio ambiente e com as necessidades do organismo humano”, assim, pode-se afirmar que os impactos ambientais além de causar influências no próprio espaço natural afeta a vida e o cotidiano dos atores que vivenciaram tais impactos.

A empresa não levantava seus impactos, o impacto as comunidades que não estavam em terras em que o eucalipto iam ser plantados, agente visitou aqui no município de Palmeirais e Nazaria, comunidades que o eucalipto ficam quase na frente às casas delas, e elas não apareceram nos impactos da empresa e elas tiveram que deixar de criar animais porque a empresa não permitia mais, porque o plantio eucalipto não tem cerca, então quando eles foram começar a plantar o eucalipto, as pessoas foram avisadas que elas não podiam criar mais nenhum animal, nem mesmo as galinhas, soltas, todos os animais tinham que ser criados presos, e isso destrói o modo de vida da cultura familiar, considerando que a cultura familiar cria solto, e trouxe esses cercados, então esses impactos não foi considerados e nem mitigados, porque as famílias só foram avisadas de que elas não podiam mais manter os seus animais soltos (PESQUISADOR (A) X).

Observa-se que por mais que a empresa em questão procurou identificar e se preocupar com os possíveis impactos causados por suas ações produtivas e comerciais naquela região, ainda não os identificou por completo.

De forma sucinta, no que refere ao processo de implementação do empreendimento, X demonstrou a sua reprovação, no que diz respeito a não publicação do EIA e a elaboração

do documento de licenciamento, o RIMA, e pela empresa, pois, a Suzano passou recorrer de uma decisão do Ministério Público, que impediu o licenciamento feito pela SEMAR, determinando que o mesmo fosse feito pelo IBAMA, e que em razão disso a Suzano declarou sua saída do Piauí, dando ainda outro motivo, que seria a crise mundial de celulose.

Nesse entendimento, é visto assim o não comprometimento da empresa com a sociedade em geral, principalmente com as comunidades da região impactada, por não publicar os reais impactos, que estes estariam bem descritos no EIA. Em virtude das afirmações feitas pelo entrevistado (a) X, e para efeito de se complementar a coleta dos dados referente ao tema, voltados à cultura e identidade cultural local afetada, foram entrevistadas pessoas que tem relação direta aos impactos ocasionados pela referida empresa, como o (a) Y, representante do Movimento Quilombola e o (a) Z, morador (a) do Assentamento Palmeirais, feito assim para ambos os mesmos questionamentos, por meio de relatório não estruturado.

Os entrevistados Y e Z, especificados acima, no que diz respeito aos impactos na vida e cultura dos povos que vivem e que viviam nas regiões afetadas, relatam:

Y, representante do Movimento Quilombola:

Existiam mais de 300 famílias que viviam da exploração extrativista, do pequi, da fava de bolota, da erudita, da matança, isso só não é as mais importantes, mais tinha uma diversidade enorme de plantas, o pessoal usava o extrativismo da síntese dessas plantas, ainda tinha muita caça, muitos animais silvestres, e tinha também uma prática muito grande da polí cultura , o povo aqui da chapada quando fazia roças, eles fazem as roças preservando as plantas que resultam no extrativismo. Bom ali naquela região nós tínhamos boa qualidade de vida, e os animais daquela região também os animais domésticos pastavam na nossa fauna, então a nossa motivação a fazer pesquisa ou melhor sem que nós tivéssemos uma pesquisa descrita ali daquela chapada, que parte dessa chapada está detonada com plantação de eucalipto, então assim se degradou as matas, se degradou a cultura, se degradou as comunidades atingidas, degradando meio mundo de coisas. Acabou-se com muitas vidas daquele lugar, foi um desastre sem tamanho, o povo da região que vivia do extrativismo e da criação entorno naquela chapada, hoje estão cortando cana no sul, no sudeste, no centro – oeste, viraram cortadores de cana.

Z, morador (a) do Assentamento Palmeirais:

Olha na verdade Palmeirais é um município onde mais de 50% da população ela vive no meio rural, são trabalhadores, são camponeses que vivem em pequenas propriedades. Então o que acontece no meio rural, às famílias vivem de horta né, de plantio é da sua grande maioria, plantio de pinhão, arroz, mandioca, criação de pequenos animais é, caprinos, ovinos, criação de suínos, galinha caipira, criação de gados né, onde famílias moram em área de chapada e outras moram na área, nas margens do rio Parnaíba, quem mora nas margens do rio Parnaíba tem muita pesca né, pesca artesanal, tem muitas famílias, tanto proprietários, como famílias que vivem em assentamentos, que trabalham na área e na criação de peixes. Qual é a grande questão da Suzano em Palmeirais? Então foi comprado muitas propriedades, algumas dessas propriedades, muitas famílias que moravam nessa propriedade tiveram que sair dessas propriedades né, foi feito vários plantio, muitas propriedades foram vendidas, muitas foram arrendadas por preço, e algumas áreas, muitas áreas de desmatamento grande né, que foi substituído a mata nativa pelo plantio de eucalipto. O plantio de eucalipto é um plantio que não combina com a natureza de foram harmoniosa porque onde tem eucalipto os animais não sobrevive, então pra nós aqui foi prejuízo porque desmata e agente perde muita coisa boa, por exemplo: o pequi que é uma árvore muito encontrada na região, com grande potencial, essas arvores onde são plantadas eucaliptos elas são derrubadas. As propriedades compradas onde plantadas o eucalipto atinge diretamente quem mora entorno, atinge diretamente quem mora naquelas propriedades em que tem que se retirar, então pra essas famílias que morava naquela propriedade que sobrevivia do cultivo ali de

produção de subsistência, e que nessas áreas de subsistência é essas famílias é obrigada a sair de lá pra ir pra outro lugar, então o impacto é monstruoso.

Em conformidade com os relatos de Y e Z é visto que, as regiões eram ricas em relação à produção de forma familiar do extrativismo do pequi, da fava de bolota, do coco babaçu, da caça de animais nas matas, criação de galinhas, de caprinos, cultivo da mandioca, do arroz etc., mais que com o desmatamento dessas regiões para o plantio do eucalipto perdeu-se o extrativismo do pequi, da fava, do coco babaçu, as plantações de arroz, a criação de animais estes que eram criados soltos, e que por determinação da empresa os animais tinham que ser criados presos para que não prejudicassem o cultivo do eucalipto, impactando de forma extraordinária na cultura local.

Pode-se assim perceber através dos relatos de X, Y e Z que hoje as famílias que vivem nestas áreas não podem mais criar animais soltos, e o extrativismo que também é uma forma de renda foi afetada, pois as árvores que ficavam próximas das casas foram cortadas restando apenas algumas mais distantes dificultando o acesso a elas, e as famílias que foram embora, muitas dessas hoje viraram cortadores de cana-de-açúcar em outros estados.

Para Bauman (2005) a identidade cultural dos indivíduos se constrói gradativamente e que com a industrialização e a migração do homem do campo para as cidades gerou o estreitamento dessas realidades diferentes. Segundo Hall (2006) quando o indivíduo perde sua identidade cultural, ele passa a se apropriar de várias outras identidades mesmo que de maneira temporária.

Com base nos entrevistados e em concordância das afirmações dos autores citados, compreende-se assim que houve uma significativa perda de identidade cultural, por parte dos moradores que permaneceram nas regiões, e aos que migraram para outras cidades ou estados, tendo em vista que esses foram os mais impactados.

6 CONCLUSÃO

O presente artigo permite concluir que objetivo deste trabalho de analisar os possíveis danos ou impactos socioculturais decorrentes do processo de implantação de um empreendimento agroindustrial à população da zona rural no interior do Piauí, em função deste objetivo a discussão promovida neste discutiu acerca de alguns fatores que marcaram profundamente o cenário mundial e por extensão, toda a sociedade local onde feito o levantamento desses possíveis impactos. Assim, o estudo argumenta que entre estes fatores estão o processo de industrialização que aconteceu de maneira rápida e desordenada aliado ainda ao avanço das tecnologias que submeteu a estrutura econômica a algumas transformações intensas e em todos os setores sociais.

Os conflitos ou transtornos que geram as questões ambientais e socioculturais, vinculadas as forças produtivas, em relação aos aspectos ambientais, essas forças produtivas desencadeiam uma série de problemas, ao desestabilizar o meio ambiente, e buscar seu espaço para entrar e permanecer no cenário competitivo da industrialização. Estes conflitos ocorrem porque descaracterizam a identidade de um povo.

O Projeto Suzano foi um eixo norteador da análise final deste trabalho onde se caracterizou a empresa e se fez uma análise do seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Teve-se como resultado, ao passo em que o consumo toma conta dos dias atuais, a degradação ambiental, e muitas vezes cultural e social parece cada vez maior. Inúmeros fatores contribuem para esta realidade dentre eles pode-se destacar um dos mais importantes que é o próprio avanço da tecnologia, que resulta no surgimento de novos desejos e necessidades da população por bens materiais considerados supérfluos.

Apesar da desistência da Suzano em se instalar no Piauí, o fato é que desde a chegada da empresa na região interiorana piauiense, fez mudar traços da cultura regional,

além de afetar a existência da fauna local bem como prejudicar a obtenção de renda familiar de muitas famílias. Foram detectados segundo os entrevistados que há uma degradação no meio ambiente, mudanças no cotidiano na vida deles, bem como nas suas culturas, perda da biodiversidade, diminuição dos extrativismos, diante disso afetando suas fontes de rendas de modo geral.

Visto que a Suzano chegou com a propaganda de um grande empreendimento que iria levar para região um grande desenvolvimento, ou seja, muitos empregos, desenvolvimento sustentável, mas na realidade isso não aconteceu. O que aconteceu de fato foi à saída desta em virtude de uma ação civil pública federal movida contra ela, e ainda a crise mundial de celulose, razões essas na qual apresenta ter sido o motivo. Deixando para trás apenas os impactos negativos de suas ações, tanto no ecossistema natural, quanto na identidade cultural dos indivíduos que moravam ao redor da área impactada, limitando ainda toda uma cultura regional.

REFERENCIAS

BARBOSA, L. **Responsabilidade Social Empresarial no contexto Brasileiro**: Uma agenda em continua expansão e difusão. São Paulo: Ocesp, 2002.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CASSIANO, Célia Maria. **Revista de Ciência Gerencias**. Faculdade Anhanguera de Jundiaí. Vol. XIII, Nº 18. recebido em: 04/11/2009, avaliado em: 07/07/2010 e publicado em: 22/09/2010. Disponível em: sare.anhanguera.com/index.php/rcger/article/download/1332/868. Acessado em: 13/09/2013 às 10:33 hrs.

CERQUEIRA Wagner de. **Diversidade Cultural no Brasil**. BRASIL ESCOLA. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/brasil>. Acessada em: 14/09/2013. 12:45 hrs.

COTRIM, Gilberto. **História Global**: Brasil e Geral. Volume único – 8. ed. – São Paulo: Saraiva, 2005.

DIAS, R. **Gestão Ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONZAGA, Carlos Alberto Maçal. **Marketing Verde de Produtos Florestais**: Teoria e pratica. Floresta, Curitiba, PR, v. 35, n. 2, maio/agosto. 2005. Disponível em: ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/floresta/article/download. Acessado em: 18/07/2013 às 21:30 hrs.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2006.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI; Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENON, M. G. K. **O Papel da Ciência no Desenvolvimento Sustentável**. Estud. av. vol.6 no.15 São Paulo May/Aug. 1992. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php? Acessado e 18/07/2013 às 22:05 hrs.

OLIVEIRA, J. A. **Responsabilidade Social em Pequenas e Médias Empresas**. Revista administração de empresas. São Paulo, v. 24, n. 4, outubro/dezembro, 2000.

PARKER, R. J. **A Tragédia Cultural no Mundo Ético**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

PINTO, M. V. **Identidade Cultural**. Palestra realizada durante o Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura (ENEA) em 15 de julho 2004. Disponível em: www.arq.ufsc.br/urbanismo5/artigos/artigos_pm.pdf. Capturado em: 15 de março de 2013. Acessado em: 19/08/2013 às 09:32 hrs.

POLIT, D. F; BECK, C. T; HUNGLER, B. P. **Fundamentação de Pesquisa: Métodos, avaliação e utilização**. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUINTANEIRO, T; BARBOSA, M. L. O; OLIVEIRA, M. G. M. **Um Toque de Clássicos**. 2. ed. ver. e amp. Editora UFMG, 1995.

SEIFFERT, M.E.B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 1.ed. – 3. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22.ed. ver. Ampl. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA Anderson V. da. **Honda, Empresa Ambientalmente Correta**. REVISTA – PORTAL MEIO AMBIENTE. Ano VIII – Edição nº 38 – Maio/Junho de 2009. Disponível em: <http://www.meiofiltrante.com.br>. Acessado em: 20/07/2013.

SILVA, Ivanir Ortega Rodrigues da. **A RELAÇÃO SOCIEDADE–NATUREZA E ALGUNS ASPECTOS SOBRE PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL**. Revista Digital Geographos, para Estudantes de Geografía y Ciencias Sociales. Recibido: 28 de enero de 2012. Aceptado: 24 de febrero de 2012. Disponível em: web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal. Acessado em: 13/08/2013 às 17:03 hrs.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VIANA, Maurício Boratto: **O EUCALIPTO E OS EFEITOS AMBIENTAIS DO SEU PLANTIO EM ESCALA**. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca <http://bd.camara.gov.br>. 2004. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1162/eucalipto_efeitos_boratto.pdf. Acessado em: 25/09/2013 às 12:33 hrs.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA "JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
() Monografia
 Artigo

Eu, Renniel de Carvalho Leal; Sarah Feneira de Carvalho,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação

Desenvolvimento Sustentável e Identidade Cultural:
Estudo de Caso no Suzano Papel e Celuloso S.A

de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 26 de setembro de 20 13.

Renniel de Carvalho Leal

Assinatura

Sarah Feneira de Carvalho

Assinatura